



# CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS DO AGRO 2026

Última alteração: 5/2/2026

O **calendário das obrigações ambientais do agro** reúne, em um único documento, informações **essenciais** para **facilitar** a vida do **produtor rural**, ajudá-lo a **fortalecer** a sua atividade para **oportunidades de mercado** e a reduzir riscos de **autuações** e **embargos**.

Está agrupado em **duas partes**. A **primeira** é um calendário de obrigações com **prazos fixos**, numeradas e descritas, e constando no calendário a seguir. A **segunda parte**, sob o título “Monitore”, traz informações sobre obrigações ambientais recorrentes ao **longo do ano**, sem data específica ou com prazos individuais, variáveis.



**FAEMG  
SENAR**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	1*	1*	1*	1*	1*	1*	1*	1*	1*	1*	1*
		3			5	7	7	2	7		5
		4						5	10		11
		5						7			
		6						8			
								9			

\*Janeiro para todos, e adicionalmente, mensal para usuários em bacias com essa determinação (ANA).

# OBRIGAÇÕES RECORRENTES COM DATAS ESPECÍFICAS

## 1. DECLARAÇÃO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS (DURH) – ANA

**Prazo:** 1 até 31 de janeiro, mesmo para quem envia também DURH por telemetria (automatizada) ou de forma mensal (até dia 7 do mês subsequente).

A **DURH** é utilizada para calcular valores a serem pagos pelo uso da água. Aplica-se a quem tem **outorga** da **Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)**, - de **domínio da união**, que capte água ou lance efluentes acima de determinados limites, de acordo com critérios da [Resolução ANA nº 188/2024](#).

### QUEM ENVIA E DE QUAL FORMA?

- As informações estão no ANEXO da Resolução citada, e a ANA disponibiliza informações em um Guia de Automonitoramento - mas a Resolução deve ser consultada.
- Quem envia DURH por telemetria, ainda assim deve enviar a DURH anual em janeiro.
- Quem envia DURH mensal, que é feito pelo aplicativo Declara Água, até o dia 7 do mês subsequente, também tem que enviar a DURH anual em janeiro.

 **Saiba mais**

## 2. APRESENTAÇÃO DO ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL – ADA

**Prazo:** não é mais obrigatório, mas quem desejar apresentar, deve ser feito entre 1º de janeiro e 30 de setembro (extensivo até 31 de dezembro para declarações retificadoras do mesmo ano).

O Ato Declaratório Ambiental (ADA), previsto na Lei nº 6.938/1981, permite o cadastro de áreas do imóvel rural de interesse ambiental, junto ao Ibama, para fins de isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) sobre estas áreas específicas, que possuem vegetação nativa preservada (dentre as descritas abaixo).

**São consideradas para dedução do ITR:** Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Interesse Ecológico, Servidão Ambiental, Áreas cobertas por Floresta Nativa, Áreas Alagadas para Usinas Hidrelétricas.

O **acesso ao ADA** é feito por meio de CPF/CNPJ e senha no ADAWEB, na página de serviços do Ibama, disponibilizada no link.

**ATENÇÃO:** A [lei 14.932, de 2024](#) desobrigou o ADA e autorizou o produtor rural a apresentar o **CAR** para fins de **apuração das áreas tributáveis, declaradas no Documento de Informação e Apuração (DIAT/ITR)**, ou seja foi revogada a obrigatoriedade de apresentação do ADA para cálculo do ITR. É preciso acompanhar regulamentação para 2026 pela da Receita Federal, que sai anualmente por meio de Instrução Normativa.



### 3. DECLARAÇÃO ANUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (DAURH) – IGAM

**Prazo:** anualmente, até o último DIA ÚTIL de março.

A DAURH **permite** ao usuário de recursos hídricos **prestar informações** sobre a utilização da água no ano anterior, incluindo volumes **captados e dragados** e a carga de **poluentes** lançados em corpos hídricos de domínio do Estado.

Aplica-se a quem tem outorga do **IGAM**, ou seja, usuários de recursos hídricos que possuem **pontos de captação** nos corpos hídricos ou trechos de rios de domínio estadual, conforme [Decreto nº 48.160/2021](#), [Deliberação Normativa CERH-MG nº 68/2021](#) e [Portaria IGAM nº 79/2021](#).

Os dados declarados serão utilizados no cálculo dos valores a serem pagos pelo uso da água de acordo com a metodologia de cobrança apresentada por cada comitê de bacia onde o usuário está inserido.



### 4. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) JUNTO AO IBAMA E RAPP

**Prazo:** anualmente, entre 1º de fevereiro e 31 de março (RAPP).

**Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais** - é um sistema gerenciado pelo **IBAMA** que tem como objetivo registrar informações sobre as atividades econômicas que utilizam recursos naturais e podem causar impactos ao meio ambiente. O cadastro é **gratuito**, devendo ser realizado uma única vez, mas as informações devem ser **atualizadas**.

**Relatório de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP)** - deve ser preenchido junto ao Ibama, referente ao ano anterior, no CTF. É uma obrigação acessória à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), entregue via portal de serviços do Ibama:



**Relatório RAPP**

Orientações do Ibama para o preenchimento: [Guia RAPP](#).

A quem se aplica: [Instrução Normativa Ibama nº 22/2021](#), alterada em [2025](#).



**Sobre o RAPP**



**Sobre o CTF/APP**

**ATENÇÃO:** Foi publicada a **INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 23, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025**, altera a Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23 de agosto de 2021, que regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais e dá outras providências.



**Saiba mais**

## 5. TAXAS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL: FEDERAL (TCFA) E ESTADUAL (TFAMG)

**Prazo:** todos os anos, trimestralmente, até o último dia útil de cada trimestre (março, junho, setembro e dezembro).

Pagamento de **uma** das **quatro parcelas** da **Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA)**. O **boleto** deve ser emitido pelo site do **Ibama**. **Aplicável** a quem tem obrigação de fazer o RAPP - Relatório de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

A **Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais (TFAMG)** é devida também, conforme Lei Estadual nº 14.940/2003, alterada pela Lei Estadual nº 22.796/2017. Mas, devido à **unificação** da taxa de controle e fiscalização ambiental do estado de Minas Gerais com a taxa de controle e fiscalização ambiental arrecadada pelo Ibama, o empreendedor deverá pagar **um único boleto**, emitido pelo site do **Ibama**.

**SILVICULTURA:** Essa atividade não está sujeita mais à TCFA - [Lei 14.876 de 2024](#).

A TCFA é gerada a partir da **data de início** da atividade declarada no **CTF**. É **responsabilidade** do **usuário** a emissão da **Guia de Recolhimento da União (GRU Única)** diretamente no **site do Ibama**, por meio da qual o contribuinte efetua o **pagamento da taxa** devida ao **IBAMA (TCFA)** conjuntamente com a **TFAMG**, desde que o faça dentro do **ano corrente**.



**Gerar a GRU**



**Sobre o TCFA**



**Sobre o TFAMG**



## 6. DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA (DCP) - IGAM

**Prazo:** anualmente, de 1 de fevereiro até 31 de março.

A DCP é uma declaração na qual o responsável por atividade ou empreendimento gerador de efluentes informa a quantidade de determinado poluente lançado diretamente em rios e lagos, ou em rede coletora. É expressa em unidade de **massa** por **tempo**.

Trata-se de conformidade legal da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 08/2022. Os empreendimentos abrangidos são os classificados nas **classes 3, 4, 5 ou 6** pela [Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017](#) que lancem direta e indiretamente efluentes líquidos em corpos d'água.

Aqueles nas **classes 1 e 2 são dispensados** da Declaração de Carga Poluidora.

Para os empreendimentos que realizam lançamento em solo, por infiltração e para empreendimentos que realizam reúso ou recirculação total de efluentes, não será necessária a realização da Declaração de Carga Poluidora.

A atividade ou empreendimento que, por qualquer motivo ou pela natureza da disposição final, não tenha lançado efluentes direta ou indiretamente em corpos de água, ficará dispensada do envio da DCP, salvo em casos de acidentes ou lançamentos excepcionais. Essa dispensa só ocorre após comprovação junto ao IGAM da cessação permanente do lançamento.

O não envio do formulário preenchido até **31 de março de cada ano**, conforme frequência estabelecida na legislação, é descumprimento da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 08/2022 e, portanto, sujeita o empreendedor às sanções previstas pela legislação vigente.

A declaração (disponível no formulário abaixo) deverá ser entregue via **Sistema Eletrônico de Informações** do Estado (SEI-MG).



**Acesso ao formulário, manual, processo no SEI e perguntas frequentes**

## 7. IGAM - COBRANÇA PELO USO LEGAL DA ÁGUA

**Prazo:** anualmente, até o último dia útil do mês de cada parcela. São quatro parcelas: julho, agosto, setembro e outubro.

Pagamento da **1ª parcela (julho)** até a **4ª parcela (outubro)** de 2026 referentes à cobrança pelo uso da água, conforme [Decreto Estadual nº 48.160/2021](#).

Esta obrigação se aplica aos usuários de recursos hídricos que **possuem outorga** e estão localizados em bacias que possuem a **cobrança pelo uso da água implementada**. A cobrança ocorre em relação à **utilização de água** do ano anterior.

O titular da outorga é responsável pela obtenção do DAE, disponibilizado no **site do Igam**.

O valor da CRH poderá ser revisto, por solicitação do usuário apresentada ao Igam por meio do **Sistema Eletrônico de Informações de Minas Gerais – SEI-MG**, mediante exposição fundamentada ou de ofício, pelo Igam.

A solicitação de revisão do valor da CRH não tem **efeito suspensivo**, ficando o usuário obrigado a efetuar o pagamento das parcelas até as respectivas datas de vencimento.



**Cobrança**



**Emissão de DAE**



**Revisão do valor**

## 8. DECLARAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (DITR)

**Prazo:** anualmente, até o último dia útil do setembro.

O procedimento é **obrigatório** para **pessoas físicas** e/ou **jurídicas proprietárias, titulares do domínio útil** ou **possuidoras de qualquer título de imóvel rural**, inclusive a usufrutuária.

Para fins de **dedução** de áreas ambientais do imposto, é utilizado o **número do CAR**, dispensando o **ADA** (confira o item 2 deste calendário).

É possível preencher a declaração pelo **Portal de Serviços da Receita Federal**, via serviço digital “Minhas Declarações do ITR”, que é multiexercício. Destaques:

- **Pré-preenchimento com dados já existentes na Receita Federal;**
- **Organização das declarações de imóveis rurais de um mesmo contribuinte;**
- **Eliminação da necessidade de baixar programas a cada nova versão;**
- **Uso facilitado em diferentes dispositivos, inclusive móveis;**
- **Possibilidade de acessar e preencher declarações de vários anos no mesmo ambiente.**



**Saiba mais**

## 9. RENOVAÇÃO ANUAL DO REGISTRO DE CATEGORIA DE ATIVIDADES LIGADAS À FLORA (REC)

**Prazo:** anualmente, até o último dia útil de setembro.

Registro no Sistema de Registro de Categoria de que trata a Portaria [IEF nº 125/2020](#). Após atualizar o cadastro, o sistema permitirá a impressão do Certificado de Registro, que deverá ser afixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

A exigência é aplicável às pessoas físicas e jurídicas que exploram, produzem, utilizam, consomem, transformam, industrializam, comercializam, beneficiam ou armazenam, em Minas Gerais, sob qualquer forma, produtos e subprodutos da flora nativa e plantada, bem como aos prestadores de serviços que utilizam tratores de esteira e similares, aos que utilizam, comercializam ou portam motosserras e às pessoas físicas ou jurídicas que exerçam a atividade de transporte de carvão vegetal em Minas Gerais.



Saiba mais

## 10. GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

**Prazo:** até 21 de outubro de 2029 para imóveis de qualquer tamanho.

A Lei 10.267/01 estipula que todos os imóveis rurais, independentemente do tamanho, devem ser georreferenciados para desmembramento, parcelamento, desmembramento ou transferência de titularidade. O [Decreto nº 12.689 de 2025](#) alterou o escalonamento trazido pelo Decreto nº 4.449 de 2002.

Com essa atualização, a exigência da identificação da área do imóvel rural por meio do georreferenciamento passa a valer a partir de 21 de outubro de 2029.

**DESCUMPRIMENTO:** Não há previsão de multa ou outra penalidade para quem não fizer o georreferenciamento, porém, a sua falta poderá, por exemplo, impedir o registro da compra e venda, partilha, doação, sucessão, desmembramento, remembramento e transferência de imóvel rural.



Manual SIGEF



Saiba mais

## 11. IGAM - CADASTRO DE BARRAGENS DESTINADAS À ACUMULAÇÃO DE ÁGUA

**Prazo:** até 31 de dezembro de 2030.

Esta exigência se aplica aos usuários de recursos hídricos que possuem barragens de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico, localizadas nos cursos d'água de **domínio** do estado de **Minas Gerais**.

Os prazos foram escalonados pela [Portaria IGAM nº 08/2023](#), e já venceram para as barragens com **mais de 40.000 m³**. Em dezembro de 2025 era o prazo para barragens com VTR - Volume Total do Reservatório até 40.000 metros cúbicos. Porém, a [Portaria IGAM nº 41, de outubro de 2025](#),



ampliou o prazo para barragens com até esse volume, que são muito numerosas no estado. \***O novo prazo é 31 de dezembro de 2030**, mas o cadastro tem uma complexidade e já pode e deve ser preenchido. As demais exigências da Portaria 08 continuam **inalteradas**. O Formulário Técnico para o Cadastro de Barragem destinadas à acumulação de água, em formato Excel, deve ser **comprimido em arquivo ZIP** e enviado por meio do **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**, conforme passo a passo do [Manual](#).

Após fazer o cadastro, aparece ao final a **identificação da classificação da barragem** e, se ela se enquadrada na **Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)**, aparecem também os **documentos necessários e prazos**. É importante ficar atento. Acesse abaixo, no link “Saiba Mais”, o Formulário Técnico de Cadastro de Barragem (arquivo em Excel) e veja dois modelos de cadastro disponibilizado pelo IGAM - um que não se enquadra na PNSB e outro que se enquadra e está sujeito à apresentação de documentos.

O **não cumprimento** das obrigações ou a **apresentação de informações inverídicas** ao Igam ou a órgão ou entidade competente sujeita a penalidades previstas no Decreto nº 47.383 de 02 de março de 2018 ou eventual norma que o suceda, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

Para o caso de barragens em rios de **domínio da união**, com outorga da ANA, os empreendedores precisam obedecer à [Resolução ANA nº 236/2017](#), que estabeleceu a periodicidade, qualificação técnica e conteúdo do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência.



**Saiba mais**



# OBRIGAÇÕES RECORRENTES

## SEM DATA FIXA (variável conforme o empreendedor)

### PROGRAMA DE CONVERSÃO DE MULTAS AMBIENTAIS - PECMA – NOVA FASE

**Prazo:** equivalente ao prazo de defesa administrativa.

Não se trata de uma obrigação ambiental, mas de alerta sobre o prazo da defesa administrativa para ter a oportunidade de adesão ao PECMA - Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais - PECMA, que permite que até 50% do valor da multa simples seja convertido em serviços de preservação e melhoria e recuperação do meio ambiente. Foi viabilizado pela [Lei Estadual nº 25.144, de 9 de janeiro de 2025](#), e regulamentado pelo [Decreto nº 48.994 de 2025](#).

Há diferentes esferas de responsabilização em matéria ambiental, como a penal (quando se configura crime), a civil (visando a correção de dano ou poluição/degradação) e a administrativa (multas, embargos, suspensões). O escopo do PECMA é tão somente na esfera administrativa estadual, referente às multas simples (não se aplica às multas diárias). Não se aplica às penalidades que já tiverem se tornado definitivas na esfera administrativa, incluindo quando houver parcelamento em curso.

Com a publicação da Lei nº 25.626, de 15 de dezembro de 2025, a adesão à conversão de multa, com aplicação de atenuante de até 50% ou de até 70% sobre o valor consolidado da multa simples, poderá ser feita até 30 de junho de 2026 para os autos lavrados até 10 de janeiro de 2025 e, para os autos lavrados após essa data, dentro do prazo de defesa.

A adesão, por meio de celebração de um Termo de Composição Administrativa (TCA) com o órgão ambiental, é efetivada por meio do Portal EcoSistemas.

**FIQUE ATENTO:** Embargos e suspensões permanecem até que a situação que motivou sua aplicação seja regularizada. A adesão ao PECMA não afeta a responsabilização nas demais esferas (civil, penal).



Saiba mais

# CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

**Prazo:** Após a análise do CAR, e em caso de alguma inconsistência detectada nos dados declarados, o produtor será notificado e terá 120 dias para atender ao solicitado na notificação, sob pena de ter o status do CAR alterado para “Suspendido”.

A suspensão mencionada é determinada em lei federal, e Minas utiliza o prazo máximo, que foi determinado na [Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF nº 3.390, de 10 de novembro de 2025](#).

Registro público eletrônico nacional das informações ambientais do imóvel rural (reserva legal, áreas de preservação permanente, uso consolidado, vegetação nativa e outras). A inscrição e a atualização do CAR são obrigatórias e condição para acesso a políticas públicas e regularização ambiental do imóvel rural.

É Importante o produtor rural acompanhar a tramitação do CAR por meio da Central do Proprietário/Possuidor (CPP), disponível no [Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural \(SICAR\)](#). O acesso à CPP é feito por meio da conta no [GOV.BR](#) do titular do imóvel rural, ou do representante legal indicado na própria CPP.



Saiba mais

## CAR (SICAR) – Nova Exigência (desde 24/12/2025)

Para novos cadastros ou retificações no CAR, é obrigatório informar o código do imóvel rural no SNCR\*. Imóveis sem código SNCR devem realizar a Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais (DCR) junto ao INCRA.

\*O SNCR é o Sistema Nacional de Cadastro Rural, um sistema mantido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que reúne as informações cadastrais de todos os imóveis rurais no Brasil.

## PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL – PRA

Realizada a inscrição no CAR, os proprietários ou os possuidores de imóveis rurais com passivo ambiental relativo às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito poderão proceder à regularização ambiental mediante adesão ao PRA.

Após a análise e validação do CAR pelo órgão ambiental, e havendo passivos a serem recuperados, o produtor rural será convocado e terá até **1 ano** para aderir ao PRA. Esse prazo foi dado pela Lei Federal 14.595, de 5 de junho de 2023. Por isso, é fundamental estar cadastrado na Central do

Proprietário/Possuidor. Após a adesão, há ainda prazos diferenciados para recuperação das áreas devidas, conforme seu tipo e o tamanho do imóvel rural.

O Instituto Estadual de Florestas (IEF) disponibiliza periodicamente os [editais de notificação de análises do Cadastro Ambiental Rural \(CAR\) no estado e de convocação para que os produtores façam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental \(PRA\)](#).

**ATENÇÃO:** o grupo “Analisado encaminhado para regularização ambiental” é o convocado a aderir ao PRA, tendo o prazo de 1 ano. Normalmente, o IEF coloca esse grupo na(s) última(s) página(s) do edital.



## ATOS AUTORIZATIVOS

A obtenção prévia dos atos autorizativos é condição fundamental para o adequado desenvolvimento das atividades nos imóveis rurais. **É importante manter cópias de cada um deles na fazenda**, acessíveis à fiscalização ou a funcionários informados e orientados. Segue lista dos principais.

### A. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Intervenção Ambiental é considerada como qualquer intervenção sobre a cobertura vegetal nativa ou sobre área de uso restrito, ainda que não implique em supressão de vegetação.

São consideradas passíveis de autorização prévia as seguintes intervenções: supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo; intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em APP; supressão de sub-bosque nativo em áreas com florestas plantadas; manejo sustentável; destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa; corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas e aproveitamento de material lenhoso.



### B. OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS/CERTIDÃO DE USO INSIGNIFICANTE

É solicitada e obtida previamente ao uso da água, perfuração de poço, desvio, barramento ou outra intervenção em recursos hídricos. É oportuno, após a obtenção, conferir o prazo de validade da Outorga para Uso dos Recursos Hídricos do empreendimento, as condicionantes e os procedimentos para a renovação. Atualmente, o processo para obtenção de outorga é 100% digital.

Para os usos legalmente considerados insignificantes, o cadastro é gratuito e, após a sua realização, é possível emitir a Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico.

#### Água Subterrânea: Outorga/Usos Insignificantes

De acordo com a [Deliberação Normativa CERH nº 76/2022](#), para todo o Estado de Minas Gerais, são consideradas de uso insignificante as captações subterrâneas por meio de poços e nascentes



com volume menor ou igual a 10m<sup>3</sup> e captações por meio de poços tubulares com volumes menores ou iguais a 14m<sup>3</sup> dia. É permitido apenas 1 poço cadastrado como uso insignificante por propriedade ou posse.

É preciso solicitar autorização para perfuração e outorga antes da perfuração de um poço (ou cadastro de uso insignificante). É necessária a apresentação de perfil litológico, planilha evolutiva do teste de bombeamento de 24 horas, e respectiva medida de recuperação do nível estático.

A outorga de domínio da união é da ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Em caso de outorga da ANA com finalidade de irrigação, verificar regras sobre suspensão na [Resolução ANA nº 236, de 2024 \(com alteração pela 273 de 2025\)](#).

### **Análise de outorgas e gestão**

O Igam lançou o [SOUT - Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos](#), dentro do Portal EcoSistemas, que permite otimizar as análises e gestão das outorgas e pode ser utilizado pelos usuários para cadastrar requerimentos de outorgas, autorização de perfuração de poço tubular, entre outros, além de poder acompanhar todo o fluxo de seus processos, desde o cadastro até a publicação da portaria de outorga.



**Saiba mais**

## **C. LICENÇA AMBIENTAL**

É proibido instalar ou operar qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental.

Assim, ainda na fase de planejamento, é importante buscar o licenciamento. Em caso de já estar operando, importante buscar a licença corretiva. As atividades licenciáveis pelo estado de Minas Gerais estão na Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, nº 217, de 2017.

Entende-se por **formalização do processo de licenciamento ambiental**, a apresentação, pelo empreendedor, do respectivo requerimento acompanhado de todos os documentos, projetos e estudos ambientais exigidos pelo órgão ambiental competente, inclusive dos documentos necessários à concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de autorização para intervenção ambiental, quando requeridos.

No caso específico de licença ambiental na modalidade **simplificada (LAS)**, é necessário obter **previamente** todos os documentos autorizativos para **intervenção ambiental** e para **uso da água** (outorga ou cadastro de usos insignificantes), pois eles farão parte do rol de documentos requeridos para a formalização do processo de licenciamento. Para as licenças nas **demais modalidades**, é possível formalizar **junto** os pedidos desses atos autorizativos mencionados e o requerimento de licença ambiental, todos acompanhados dos seus respectivos documentos e estudos exigidos.



Acesso à [Deliberação Normativa nº 217 de 2017 do Copam](#): importante notar que as alterações referenciadas no link, inclusive a da DN 258 de 2025, significativa para o setor, não estão consolidadas no texto da DN Copam nº 217 - é preciso conferir separadamente.

É importante ainda **verificar** no Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA) **se o município** é que licencia a atividade ou empreendimento por competência própria ou por convênio junto ao Estado.

Acesso ao [Sistema Municipal de Meio Ambiente](#)

### **ATENÇÃO para a Renovação de licença ambiental**

Caso já tenha licença ambiental válida, fique atento ao **atendimento das condicionantes no prazo**. E solicite a **renovação da licença** com antecedência mínima de **120 dias** do seu vencimento, para que fique automaticamente prorrogado o prazo até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

### **IDAL - Índices de Desempenho Ambiental**

ATENÇÃO às diretrizes para renovação de licenças ambientais e outorgas de recursos hídricos ([Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IGAM N° 3.263/2023](#)). Trata-se de uma sistemática que contém vários indicadores, com pontuações e equações para orientar a decisão, de forma a padronizar e reduzir divergências entre decisões no estado. Avalia de forma objetiva o cumprimento de cada condicionante, a devida execução do programa de automonitoramento, o atendimento aos prazos e parâmetros das situações citadas, a pronta conduta para sanar inconformidades e outras questões.

O **Idal Licenciamento** é aplicado à análise de processos de renovação de licenças de instalação ou operação, nas modalidades: LAS/RAS, LAC, LAT e de demais licenças ambientais válidas emitidas na vigência da DN COPAM nº 74/2004.

O **Idal Outorga** é aplicado à análise de processos de renovação de outorgas, independentemente da vinculação dessa ao processo de licenciamento ambiental ou mesmo da necessidade de licenciamento ambiental para o empreendimento em questão.

[Curso sobre IDAL oferecido pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos](#)

# GUIA DE CONTROLE AMBIENTAL ELETRONICA – GCA-E

Documento obrigatório para o controle do transporte, armazenamento, consumo e uso de produtos e subprodutos florestais em Minas Gerais, seja de origem nativa ou plantada. Esta obrigação será aplicável somente se o produtor realizar o transporte, armazenamento, uso ou consumo de produtos e subprodutos florestais de origem nativa ou plantada.



## SISTEMA DOF+ RASTREABILIDADE

O Sistema **DOF+ Rastreabilidade** é uma ferramenta de emissão, gestão e monitoramento do Documento de Origem Florestal (DOF). O DOF é uma licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos florestais de espécies nativas do Brasil. Entrou em vigor a **5 de dezembro de 2022**, e permite identificar a origem dos produtos florestais madeireiros brutos e processados. O DOF+ **integra** os documentos de transporte florestal **federal e estaduais**, possibilitando a rastreabilidade por toda a cadeia produtiva. Abrange não só as áreas exploradas, como também comércios e consumidores de matéria-prima florestal.

O DOF é exigido para o transporte, beneficiamento, comércio, consumo e armazenamento de produtos e subprodutos florestais. No entanto, não é necessária a sua emissão para o acobertamento de produtos e subprodutos florestais de origem exótica, como eucalipto, pinus e teca.

Minas Gerais aderiu ao sistema DOF a partir de 5 de dezembro de 2022 para transações de produtos e subprodutos florestais de **espécies nativas**. Assim, autorizações emitidas a partir da data supracitada, devem ter seus créditos tramitados através do sistema **DOF+ Rastreabilidade** e não do sistema CAF/SIAM - GCA (este último continua válido para as autorizações emitidas antes de 5 de dezembro de 2022 e para carvão vegetal de espécies exóticas).

A Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.281, de 19 de janeiro de 2024, institui o Documento de Origem Florestal como documento para o controle do transporte, armazenamento, consumo e uso de produtos e subprodutos florestais de espécie **nativa** no estado de Minas Gerais. As autorizações para intervenção ambiental concedidas a partir de 5 de dezembro de 2022, por meio do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor –, são controladas pelo Documento de Origem Florestal – DOF. A Declaração de Colheita de Florestas Plantadas e Produção de Carvão – DCF – homologada com produto ou subproduto florestal de espécie nativa, também está sujeita ao controle.



## REGISTRO DE CADASTRO DE RESERVATÓRIO OFF STREAM (PISCINÃO)

Este registro on-line possui o objetivo de informar os dados gerais cadastrados no formulário de cadastro de reservatórios *off-stream* (**piscinões**) escavados em solo, com formação de aterro compactado, tendo a finalidade de reservação de água, associado a processos de outorga.

Primeiramente, via SEI, deverá ser enviado o Formulário de Cadastro de Reservatórios *off-stream* (piscinões), disponível no anexo C do TR GERUR/GESIH Nº 01/2023. Em seguida, os responsáveis por reservatórios *off-stream* (piscinões) deverão proceder ao registro do piscinão, atendendo ao disposto na [Portaria Igam nº 10, de 10 de março de 2023](#). Trata-se de atualização e registro.



**Cadastro**



**Registro**

## CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL (CCIR)

Contém as informações da propriedade e do detentor da posse. Emitido pelo Incra, via internet, serve como um documento cadastral da propriedade e não como comprovante de posse da propriedade. O cadastro do imóvel rural deve ser atualizado sempre que ocorrerem alterações, como mudança de área, de titularidade, de exploração e de situação jurídica.



**Saiba mais**

### Observação

Reforçamos que este material refere-se a normas gerais. É importante que o produtor rural esteja atento às necessidades de comprovação de informações específicas de seu ramo de atuação.







**FAEMG  
SENAR**



AV. do Contorno, 1771 - Floresta, 30110-900 - Belo Horizonte/MG



Tel: (31) 3074-3000 / 3074-3074



[sistemafaemg.org.br](http://sistemafaemg.org.br)

